
A Emergência do Trabalho Imaterial no contexto da Reestruturação Produtiva

Cesar Sanson¹

Resumo

O presente trabalho procura identificar a emergência do trabalho imaterial no contexto da reestruturação produtiva a partir do último quarto do século XX. A referência do trabalho é uma pesquisa realizada em montadoras automotivas no sul do Brasil que infere que o capital produtivo em território nacional, conectado às redes de produção mundial, demanda o trabalho imaterial como um dos fatores decisivos para o aumento da produtividade e competitividade. A pesquisa realizada a partir da metodologia de “grupos de conversação” com trabalhadores do chão de fábrica autoriza a ideia de que o trabalho imaterial encontra-se presente em outras plantas fabris tributárias da Revolução Tecnológica/Informacional. Caracterizar a natureza, o caráter e as implicações do trabalho imaterial é o objetivo central do estudo.

Palavras-Chave: Trabalho imaterial, mundo do trabalho, processos de trabalho.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (Área: sociologia do trabalho). E-mail: cesar.sanson@terra.com.br.

INTRODUÇÃO

Os últimos anos do século XX imprimiram uma nova configuração à sociedade do trabalho. Assiste-se a mudanças profundas que alteram significativamente o modo produtivo e desorganizam o mundo do trabalho que se conhece. No epicentro do deslocamento, encontra-se a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. Essas características ainda não homogêneas estão modificando o modo produtivo e, mais do que isso, a relação do trabalhador com o seu trabalho.

O capital produtivo hoje, principalmente aquele conectado ao capital globalizado, investe cada vez mais nas capacidades cognitivas dos trabalhadores como fator decisivo para o *plus* produtivo. A sociedade industrial taylorista/fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. A sociedade industrial cindiu o operário e reduziu-o a uma máquina produtiva. As suas características pessoais são desconsideradas, o seu conhecimento é desqualificado, o seu saber não é reconhecido e a sua subjetividade é dispensada.

Assiste-se agora, ainda de forma embrionária, uma transformação significativa no processo produtivo. Em contraponto ao trabalhador calado do modo de produção do capitalismo fordista, o capital produtivo da revolução informacional pede um trabalhador que disponibilize recursos imateriais como o conhecimento, a cooperação e a comunicação nos processos de trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO

Uma das alavancas, que está na base da reestruturação produtiva do trabalho é a Revolução Tecnológica para uns, ou Revolução Informacional para outros. Ao longo da história da humanidade, alguns acontecimentos provocaram mudanças abruptas na sociedade. São acontecimentos definidos como paradigmáticos, pois deixam para trás uma realidade que não retornará mais ou manifestar-se-á apenas através de vestígios do que outrora foi hegemônico. Um desses acontecimentos foi a Revolução Industrial [XVIII]. Até aquele momento, o mundo era essencialmente rural, organizado em torno de aldeias, castelos e poucas cidades. Um mundo povoado por camponeses, artesãos, monges, guerreiros, andarilhos, mendicantes e mercadores. Esse mundo foi sacudido pelo acontecimento da Revolução Industrial. As altas chaminés e seu chamejar noturno, o trepidar incessante das máquinas e a agitação das multidões operárias, vergaram o feudalismo.

Assiste-se agora a uma revolução das forças produtivas comparável à mesma envergadura produzida pela Revolução Industrial. Assiste-se a mudanças profundas que alteram significativamente o modo produtivo e desorganizam o mundo do trabalho que se conhece. A introdução de novas máquinas-ferramentas, com mais recursos, incorporando tecnologia informacional, é a novidade da Revolução Tecnológica. Sob a perspectiva do processo produtivo, essa revolução assume um caráter profundamente transformador.

O caráter inovador da Revolução Tecnológica/Informacional reside no fato de que ela supera o tratamento que era dado à informação pela Revolução Industrial

anterior. As Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) agem diretamente sobre a informação e “não são apenas informações de que dispomos para agir sobre a tecnologia, como foram os casos das revoluções tecnológicas anteriores (...) e permitem a possibilidade de estruturar o não estruturado, de criar interação” (CASTELLS, 1999: 78).

Nas revoluções anteriores, o conhecimento esgotava-se no invento propriamente dito. As pessoas aprendiam e assimilavam o uso dessas tecnologias, usando-as. Nesta revolução, o conhecimento é utilizado para gerar mais conhecimento, num processo cumulativo sem fim. Aprende-se a tecnologia, fazendo: “O conhecimento [nesta revolução] não é simplesmente uma ferramenta a ser aplicada, mas um processo a ser desenvolvido. Não há passividade diante da máquina e sim integração, interação” (CASTELLS, 1999: 51). O que está na origem da sociedade pós-industrial, portanto, é a introdução de novas tecnologias. Para usar uma expressão de Marx, a *differentia specifica* dessa sociedade, particularmente da reorganização do trabalho, é o aporte de tecnologias inovadoras.

A Revolução Tecnológica vem alterando o processo produtivo e o trabalho. Na sociedade industrial, o trabalho insere-se na esfera da reprodução, dispensa o conhecimento, está preconcebido e atende a um padrão tecnológico e organizacional estruturado de antemão. As tarefas são rotineiras, repetitivas, e podem ser pré-codificadas e programadas para que as máquinas as executem. Na sociedade industrial, o trabalho mais homogêneo corresponde ao dispêndio de energia, esforço muscular, adequado à “especificidade das tecnologias mecânicas – e das formas de divisão e de organização do trabalho que caracterizaram seu uso – repousa sobre a especialização da máquina e, portanto sobre a heterogeneidade das máquinas” (CORSANI, 2003: 21).

A relação homem/máquina é despojada de qualquer enriquecimento. Trata-se de uma relação racionalizada por procedimentos que manifestam uma interação mecanicista. O saber operário não é reconhecido, ou apenas parcialmente, por encontrar-se circunscrito nos padrões pré-estabelecidos pela máquina. Há um limite interposto que é o „saber morto” objetivado na máquina, que bloqueia a possibilidade do „saber vivo” do operário. A máquina é especializada e “sua função e seu uso são predeterminados segundo a natureza dos conhecimentos que incorpora. Diante dessa máquina, o trabalho, separado do conhecimento, esvazia-se de qualquer especificidade singular” (CORSANI, 2003: 21). Ao trabalhador não é exigido acréscimo de conhecimento ao processo produtivo, uma vez que “a máquina, enquanto cristalização do saber, enquanto trabalho morto impõe sua lei de funcionamento ao trabalho vivo” (CORSANI, 2003: 21).

Agora, com a introdução das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação, as mudanças são significativas. Cada vez mais a valorização do trabalho repousa sobre o conhecimento, sobre a capacidade de interação com a máquina, superando a mera subordinação. Trata-se do que se denomina de “sistema de produção de conhecimentos por conhecimentos”. Na nova forma de se organizar o trabalho e ativá-lo, busca-se a reconquista da parte do trabalho vivo que o desenvolvimento histórico do capitalismo tentou aniquilar. Ao capital da sociedade pós-

industrial interessa a mercadoria do corpo não apenas como unidade biológica, mas como corporalidade social, ou seja, aquilo que ele reúne em si, como parte integrante de uma capacidade produtiva maior, que se reúne no *intelect generall* – o cérebro social de que fala Marx. São o conhecimento, a competência lingüística, a cooperação singular, que agregam valor ao processo produtivo ou seja, recursos imateriais (Negri/Hardt, 2005).

Em síntese, a sociedade industrial, taylorista-fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. O operário fordista é duplamente massificado: pela reincidência diuturna a que é submetido, num processo produtivo estandardizado, e pela negação de suas características pessoais, subjetivas. Essa sociedade, entretanto, está em reviravolta. Embora ainda homogênea, a essência da sua forma de organizar a produção é empurrada cada vez mais para a periferia do núcleo propulsor do novo capitalismo. A principal fonte do valor reside agora na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não apenas no capital fixo, a maquinaria. A capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação, é requerente no modo de ser no trabalho das empresas. O *plus* do trabalhador, ativado por seus recursos imateriais, é considerado central no novo modo produtivo e essencial na organização da força de trabalho.

A marca distintiva, que caracteriza a sociedade pós-industrial ou pós-fordista, é a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. O trabalho imaterial ainda não se apresenta hegemônico quantitativamente, mas já o é qualitativamente. Poder-se-ia afirmar que se encontra hoje em posição semelhante à que estava o trabalho industrial há 150 anos. Na sociedade pós-industrial, o conhecimento, a comunicação e a cooperação, ativados sobretudo pela Revolução Informacional, mas não apenas, passam a ser considerados os principais recursos demandados ao sujeito do trabalho, algo que na sociedade industrial era renegado.

A nova forma de organizar o trabalho colocou no centro do processo produtivo os recursos imateriais. A lógica do capital é apropriar-se desses recursos que se desenvolvem como qualidades subjetivas e subordiná-las ao seu projeto. O caráter “revolucionário” do trabalho imaterial, segundo Hardt e Negri (2005), Virno (2002) e Gorz (2005), entre outros, repousa no fato de que as formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas apenas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho, mas, emergem das energias produtivas do próprio trabalho, ou seja, o sujeito do trabalho joga um papel decisivo como parte integrante da própria forma de organizar o trabalho.

A principal fonte do valor reside agora na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não apenas no capital fixo, a maquinaria. A capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação, é requerente no modo de ser no trabalho das empresas, e o trabalhador não deve se contentar em reproduzir as capacidades predeterminadas e prescritas para o posto de trabalho que ocupa, mas sim desenvolver-se como um produto que continua ele mesmo a se produzir.

Na nova forma de organizar o trabalho são solicitados, aos trabalhadores, os requisitos da mobilidade, da flexibilidade, da adaptabilidade, a capacidade de interação, de disposição lingüística, o talento comunicativo. O trabalho requer um engajamento total do trabalhador. Pode-se falar em uma prescrição da subjetividade orientada pela mobilização e engajamento de todas as faculdades e os recursos que podem ser extraídos e oferecidos pelo sujeito do trabalho.

Se na sociedade industrial, o trabalho situa-se fora do operário e encerrada a jornada, o trabalho fica na fábrica; agora, o trabalho subsume toda a pessoa, invade todo o seu ser, não é mais exterior, mas foi interiorizado, é constitutivo ao operário. O tempo do não trabalho confunde-se ao tempo do trabalho, ocorrendo uma mudança na relação do sujeito com a produção e o seu próprio tempo.

É nesta perspectiva que se pode falar que o trabalho imaterial se contrapõe à teoria marxiana da *mais-valia* ou, antes de tudo, exige uma atualização de sua teoria. A novidade está relacionada aos parâmetros utilizados para definir o valor de uma mercadoria. Na teoria *marxiana*, o que determina o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho despendido para produzi-la, mais especificamente, a média do tempo utilizado de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. No trabalho imaterial, o tempo de trabalho já não é necessariamente medido, pois tempo de trabalho e tempo de não trabalho confundem-se, sua linha divisória é tênue.

O *plus* do trabalhador ativado por seus recursos imateriais é considerado central no novo modo produtivo e essencial na organização da força de trabalho. O modo produtivo pós-industrial requer o engajamento do trabalhador, que ele hipoteque sua subjetividade no trabalho. Agora, já não basta um trabalhador convencional que cumpra apenas a sua jornada de trabalho e ponto final. O que se exige é um trabalhador que “vista a camisa” da empresa, que a incorpore em sua vida, e a ela dedique o melhor de suas energias físicas e intelectuais. Como diz Linhart (2007), “os administradores pedem para seus funcionários serem os militantes incondicionais da empresa, mostrando lealdade, disponibilidade, além de competência”.

Na sociedade pós-industrial, assiste-se a uma transformação do sujeito na sua relação com o trabalho. Sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, tendo em sua base o conhecimento, a comunicação e a cooperação, emerge uma outra subjetividade, que ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, apresenta traços de certa autonomia. O valor do trabalho, na sociedade pós-industrial, apresenta-se cada vez mais de forma biopolítica. O capital investe cada vez mais no indivíduo e não no coletivo, investe na crescente individualização do trabalho, explora as capacidades cognitivas de cada um, e o singular assume o caráter do diferencial nos ganhos de produtividade.

Por isso se afirma que o capital investe na *bios* – na vida – do trabalhador e, também por isso, se afirma que a resposta à dominação pode ser biopolítica no sentido foucaultiano, ou seja, as mesmas capacidades ativadas pelo capital podem voltar-se contra ele. Esclarecendo: se por um lado é na *bios* – na vida do trabalhador - que o capital investe procurando ativar os recursos imateriais próprios de cada operário na perspectiva que esses recursos sejam disponibilizados ao capital, por

outro, eles também assumem um caráter permanente de produção de si, isto é, essa mesma subjetividade prescrita pelo capital, também resulta em “produção de si”, e nesse sentido é portadora de elementos que podem abrir caminhos para a transformação do próprio sujeito do trabalho.

CONCLUSÃO

A sociedade industrial elevou ao máximo a parcelização do trabalho, descaracterizando a cooperação originária do sistema de trabalho pré-industrial. No sistema de trabalho da sociedade fordista, cada trabalhador produz mercadorias que não exigem uma cooperação enriquecida, o trabalho é autômato. Isso significa afirmar que uma cooperação subjetiva, aquilo que é próprio do trabalhador como enriquecimento individual no processo produtivo, é desconsiderado ou não requerido pelo capital. No pós-fordismo, resultante da reestruturação produtiva, a cooperação assume outra condição. Requer-se uma cooperação subjetiva, ou seja, que o trabalhador externalize no processo produtivo os seus recursos, o seu conhecimento, o seu saber, as suas habilidades individuais – recursos imateriais –, o que também, no jargão administrativo, é também chamado de competências. Contrário ao trabalho taylorista-fordista, a habilidade do trabalhador é estimulada a se tornar transparente e não mais oculta.

Estamos diante de uma mudança significativa. Agora se pede ao trabalhador que se disponha a inventar e a produzir novos procedimentos cooperativos, que se torne transparente, colabore, apresente idéias, identifique problemas e sugira soluções. Há uma política deliberada de motivação. Cada vez mais o desempenho individual e grupal repousa sobre uma implicação subjetiva. O que antes era ocultado agora precisa vir à superfície, o que não era valorizado, enquanto ação individual ou grupal para melhorar o processo produtivo, torna-se central na nova forma de organizar o trabalho. Ao lado da prescrição objetiva do trabalho, das tarefas racionalizadas e impostas, adota-se a prescrição subjetiva – recurso imaterial. O *plus* do trabalhador é considerado central no novo modo produtivo e essencial na organização da força de trabalho. O modo produtivo pós-industrial requer o engajamento de recursos imateriais. Agora, já não basta um trabalhador convencional que cumpra apenas a sua jornada de trabalho e ponto final. O que se exige é um trabalhador que “vista a camisa” da empresa, que a incorpore em sua vida, e a ela dedique o melhor de suas energias físicas e intelectuais. Requer-se um trabalhador que se transforme em um colaborador, que se dispa da sua primariedade de mão-de-obra servil e sinta-se sócio. Há uma busca pelo consentimento e um engajamento da subjetividade.

Já não há dúvidas de que o capital mudou o seu discurso e a sua prática em relação ao trabalho. Embora essa situação não seja hegemônica, configura-se como uma tendência que avança em quase todos os setores produtivos. Essa nova configuração do chão de fábrica, tendo como referência a mobilização da subjetividade promovida pelo capital, com todas as contradições expostas, permite a afirmação de que estamos embrionariamente assistindo a formação de uma outra subjetividade. Cada vez mais o capital investe na vida, no *bios* produtivo em seu conjunto. É no conceito da biopolítica que se encontra uma chave de leitura para a

compreensão dessa outra subjetividade que se manifesta no indivíduo, na singularidade, mas também no conjunto, no sujeito do trabalho. Estamos transitando de um modelo de trabalho fundado no “biopoder” para o modelo de trabalho assentado na “biopolítica”. As formas de exploração são novas, porém, também o são as possibilidades de emancipação.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; (Orgs). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipóteses do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 15-32.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**. DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2001.

LINHART, Daniele. **A desmedida do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
MARX, Karl. **O Capital** - vol. I, 3ª ed., São Paulo, Nova Cultura, 1985a.

_____. **O Capital** - vol. III, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MOULIER-BOUTANG, Yann. A bioprodução. O capitalismo cognitivo produz conhecimento por meio de conhecimento e vida por meio de vida. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano VII, n. 216, 2007, p. 13-15.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
NEGRI, Antonio. (2007). Une contribution sur Foucault. Disponível: <http://seminaire.samizdat.net/Une-contribution-sur-Foucault.html>. Acessado em: 04-04-2008.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2005.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ROSDOLSKI, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca. **II postfordismo**. Milão: Etaslibri, 1998.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo - Rio de Janeiro: Record, 2006.

SPURK, Jan. A noção de trabalho em Karl Marx. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 189-212.

VERCELLONE, Carlo. *Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho*. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano IV, n. 161, 2005, p.17-21.

VIRNO, Paolo. **Grammaire de la multitude**. Québec: Conjectures & l'éclat, 2002.